

Carneiro quer pacto que garanta eleição

Temendo que o descontrole inflacionário e os atentados coloquem em risco a realização das eleições, o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), reúne hoje, às 10h, os presidentes dos partidos para um compromisso de honra a fim de que todos se empenhem no processo de transição democrática e em assegurar a posse do futuro presidente da República.

Nelson Carneiro, que está muito preocupado com a situação da Argentina e receia uma repetição no Brasil não conta com a participação do PT, que não vê eficácia na iniciativa. O próprio Nelson, que ontem discutiu a questão com o presidente da Câmara, Paes de Andrade, acha que não há mais tempo para um pacto social e que deve restringir seu movimento ao pacto político para torná-lo exequível.

O QUE FAZER

O presidente do Congresso não tem uma receita para os presidentes de partidos. Ele acha, pessoalmente, que a grande contribuição dos políticos será garantir a aprovação de leis complementares à Constituição que estão sendo exigidas pela sociedade, como, por exemplo, a que regulamenta o direito de greve. Dessa responsabilidade os políticos não podem se omitir.

Além de promover reuniões como a de hoje, Nelson Carneiro quer uma ação mais dinâmica em favor da imagem do Le-

gislativo. Ele mandou incluir na pauta do Senado o projeto determinando que não haverá pagamento de ajuda de custo, havendo convocação do Congresso, se esta for imediata às sessões ordinárias.

É provável que Nelson Carneiro enfatize para os presidentes partidários sua preocupação com as distorções dos subsídios pagos a deputados estaduais em relação aos senadores e deputados federais, que, com os reajustes concedidos recentemente, estão com NCz\$ 10.431,00, sem o desconto do Imposto de Renda.

Nelson Carneiro ficou impressionado com o subsídio de deputados estaduais do Acre, que recebem mais de NCz\$ 19.000,00 mensais e quer restabelecer uma proporcionalidade com os deputados federais e senadores, como existia antigamente. Ele já mandou preparar uma emenda constitucional neste sentido.

PACTO POLÍTICO

Com exceção do PT, que não deve mandar sequer representante, todos os partidos políticos que tem bancadas no Congresso estarão presentes à reunião de hoje. A rigor, todos estão de acordo com a defesa da transição democrática, em garantir a realização de eleições e em assegurar a posse do futuro presidente da República.

"O verdadeiro pacto social deve ser proposto pelo próximo presidente da República. O que quero é um acordo que permita superar os óbices à normalidade democrática, como greves,

atentados e inflação alta", disse Carneiro, que, numa segunda etapa, pretende reunir um representante do Governo com dirigentes de entidades da sociedade civil.

Para o ex-ministro César Cals, presidente do PSD, é importante parar com discursos e trabalhar mais. A seu ver, a crise existente decorre da falta de credibilidade dos homens públicos nos três Poderes. Ele recomenda uma maior austeridade do Governo, com a redução do número de dirigentes estatais, que seria mais econômica do que a diminuição de milhares de pequenos servidores.

O presidente do PCB, Salomão Marina, já deu todo apoio a qualquer movimento que garanta as eleições presidenciais e assegure o clima de estabilidade. É preciso, acentua, "afastar as insanas tentativas de violência e terrorismo, que ameaçam tumultuar a normalidade institucional". O PCB lembra, sempre, que o Pacto Antiterror foi uma iniciativa de seu candidato, o deputado Roberto Freire (PE).

Enquanto o presidente do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), destaca como principal responsabilidade dos políticos a regulamentação da Constituição, o senador Jamil Haddad (RJ), presidente do PSB, acha que os "pregoeiros da ditadura" estão interessados no agravamento da situação econômico-financeira e exige uma política social mais justa para evitar que se agrave a crise, que atinge a todos os setores.